



**Asamblea Parlamentaria Euro-Latinoamericana
Euro-Latin American Parliamentary Assembly
Assemblée Parlementaire Euro-Latino Américaine
Assembleia Parlamentar Euro-Latino-Americana**



Comissão dos Assuntos Económicos, Financeiros e Comerciais

25.11.2011

DOCUMENTO DE TRABALHO

Comércio de matérias-primas entre a UE e a América Latina

Co-relator (AL): Oscar Arboleda (Parlandino)

Comércio de matérias-primas entre a UE e a América Latina

Os primeiros anos do novo milénio viram surgir grandes transformações em todo o mundo a nível político, económico e social devido à mudança de lideranças, por exemplo, o nascimento do chamado grupo de países BRIC (Brasil, Rússia, Índia e China), as quais estão a imprimir um novo dinamismo ao comércio mundial. Consequentemente, as grandes potências tiveram de se ajustar a alterações drásticas para poderem manter os seus interesses e a sua supremacia.

Também o mundo em desenvolvimento teve de enfrentar mudanças na composição tradicional da procura externa, como aconteceu com a América Latina, que até aí se preocupava sobretudo em vender a sua extracção de matérias-primas aos Estados Unidos e à União Europeia, recebendo em troca produtos manufacturados e com elevado valor acrescentado.

No que respeita às alterações que se verificaram nos últimos anos, a nível mundial, na estrutura dos poderes económicos e políticos, considera-se que esta foi a melhor oportunidade que a América Latina teve em toda a sua história para desenvolver o seu aparelho de produção e posicionar-se como região de primeiro plano devido às características actuais da procura mundial e, em especial, ao valor dos seus imensos recursos naturais não renováveis e ao enorme potencial energético do seu território, caracterizado por uma riqueza hídrica única no planeta.

Por outro lado, a par da extracção de produtos mineiros e energéticos derivados do petróleo, gás e carvão, a região conta com um sector agrícola que tem todos os trunfos para conquistar os mercados internacionais, com produtos de excelente qualidade e preços competitivos graças ao reduzido custo da mão-de-obra nos mais de vinte países que a compõem. Assim, há que melhorar rapidamente as condições de entrada dos produtos da América Latina no mercado europeu.

Na verdade, no mês de Maio passado, a Assembleia Parlamentar da Eurolat reunida em Montevideo, no Uruguai, elaborou uma resolução da responsabilidade da Comissão II (Comissão dos Assuntos Económicos e Comerciais) onde afirmava: "A UE e os países da América Latina devem contribuir para reduzir as barreiras que distorcem o comércio, de forma a facilitar as trocas; a reforma substancial dos subsídios às exportações agrícolas, prometida na Ronda da OMC, em Doha, deverá ser completada o mais rapidamente possível¹".

Neste contexto, convirá recordar que a relação histórica entre a América Latina e a União Europeia se transformou actualmente num pólo de intercâmbio comercial através de um forte investimento directo estrangeiro (IDE) do bloco europeu na região, de que beneficiaram principalmente o Chile e o México, países que desde há alguns anos têm acordos de comércio livre (ACL) com este mercado. Ao mesmo tempo, há grandes expectativas de que os ACL do Peru e da Colômbia sejam assinados em 2012, e no MERCOSUL há novamente luz verde nas negociações.

Daqui advirá uma nova dinâmica em investimentos e em comércio bi-regional. Por parte dos países da UE haverá, certamente, um crescimento do IDE; quanto à América Latina, as novas circunstâncias gerarão grande interesse em colocar os seus produtos num mercado de 400

¹ Assembleia Parlamentar Euro-Latino-Americana Resolução: Perspectivas para as relações comerciais entre a União Europeia e a América Latina http://www.europarl.europa.eu/intcoop/eurolat/assembly/plenary_sessions/montevideo_2011/resolutions/trade_pt.pdf Retirado da internet em 4 de Outubro de 2011.

milhões de habitantes onde quase todos os países têm elevado poder de compra.

No âmbito deste processo, a região deve lançar políticas e estratégias concertadas de forma a que a nossa produção e exportação para a UE a médio e longo prazo se baseiem na transformação de matérias-primas em produtos com valor acrescentado, estratégia que constituirá o alicerce para o desenvolvimento sustentável da economia e a modernização do aparelho de produção da América Latina.

A América Latina no novo contexto mundial

O novo mapa político-económico do século XXI, decorrente da globalização, mostra a perda de liderança dos Estados Unidos, traduzida numa forte contracção financeira. Por seu lado, a crise da zona euro parece não ter solução à vista e já desestabilizou os mercados mundiais de capitais. Para cúmulo desta situação, o Japão, outrora a segunda economia a nível mundial, foi vítima, no mês de Março, de catástrofes naturais que determinaram a suspensão das suas perspectivas de crescimento.

Por outro lado, há que ter em conta a emergência dos países BRIC como protagonistas do comércio internacional, que obrigou ao reajustamento dos fluxos internacionais de capitais. Neste contexto, a América Latina começa a ser vista como um grande celeiro mundial perante a elevada procura de matérias-primas e alimentos num planeta cada vez mais industrializado, considerando-se também que poderá aproveitar a grave crise económica em seu favor e afirmar com mais força a sua presença nos mercados mundiais.

A resposta da região à crise económica mundial

Durante o *crash* financeiro de 2008, a região viu as suas políticas económicas contracíclicas serem recompensadas, tendo também beneficiado da elevada procura de matérias-primas, o que gerou grandes oportunidades de investimento da União Europeia em países como o Chile, a Colômbia, o Peru e o Brasil.

Para Pamela Cox, Vice-Presidente do Banco Mundial, a região deu mostras de grande resistência perante a crise económica e, pela primeira vez na sua história, manteve-se à margem das tendências económicas mundiais, permanecendo de certa forma imune. Em 2010, a região apresentou óptimos resultados macroeconómicos graças às suas acertadas políticas económicas e às receitas provenientes das matérias-primas, em razão do preço externo dos produtos de base, o que teve efeitos positivos nos países exportadores de produtos de base agrícolas e minerais e de hidrocarbonetos.

No entanto, a difícil situação que a UE enfrenta pode afectar a América Latina através do comércio, do investimento, do fluxo de remessas e dos equilíbrios fiscais. Segundo Daniel Titelman, chefe da Unidade de Estudos da Comissão Económica da CEPAL (Comissão Económica para a América Latina e as Caraíbas), a crise financeira de 2008, provocada pelas chamadas hipotecas *subprime*, foi a primeira parte de um jogo, de que a região se saiu com muito bons resultados. A situação na Grécia e o eventual contágio a outras economias da União, como Portugal ou Espanha, é apenas o início da "segunda parte".

Como refere o último relatório do FMI, "o receio do desconhecido é muito forte". Perante esta incerteza, apenas podemos contar com uma escalada da crise económica e um abrandamento do crescimento.

Enquadramento comercial das matérias-primas

Segundo o gabinete de estatísticas da UE, o Eurostat, a União domina 20% do comércio

mundial e é o segundo parceiro comercial da América Latina. Por sua vez, os 20 países da América Latina partilham entre si 6% do comércio externo da União Europeia, sendo as percentagens que cabem aos produtos agrícolas e alimentares de 23% e 21%, respectivamente.

Estas trocas comerciais incluem também uma elevada percentagem de produtos das indústrias extractivas (18%), matérias-primas (2,4%), combustíveis (11%), produtos manufacturados (10%), produtos químicos (5%), maquinaria e equipamentos de transporte (3%) e produtos da indústria automóvel (11%).

Por sua vez, a UE exporta para a América Latina produtos manufacturados de alta tecnologia e valor acrescentado como maquinaria agro-industrial, material para transportes e produtos químicos.

Segundo a mesma fonte, as exportações da América Latina para a UE em 2009 atingiram o valor aproximado de 75 mil milhões de euros, dos quais 65% relativos a matérias-primas (48 140 milhões de euros) e 33% a produtos manufacturados (24 728 milhões de euros).

O século da América Latina

Esta frase começa a ser ouvida repetidamente entre líderes latino-americanos, independentemente das suas convicções políticas ou visão integracionista. Nota-se uma vontade generalizada de fazer da América Latina uma região de primeiro plano a nível mundial, o que exige uma articulação entre o sector de produção e os governos, de modo a agir dentro de uma lógica integracionista e a colocar a região à altura das expectativas.

As vantagens comparativas da região são excepcionais. A nível de recursos naturais de extracção, a superioridade em relação a todas as outras regiões do mundo é evidente. Assim, o panorama que se abre à América Latina, tendo em consideração os preços das matérias-primas, é promissor.

É necessário começar a abrir novos mercados, como estão a fazer o Peru, a Colômbia, o Brasil e o Chile. No entanto, objectivos como o aumento da produtividade ou o fomento de mecanismos contracíclicos são primordiais para tentar manter o ritmo de crescimento da região. Ao mesmo tempo, há que prosseguir os esforços para manter e aumentar o fluxo de matérias-primas não só em direcção à União Europeia mas também a outros mercados como o da Ásia-Pacífico e diversificar a oferta de exportação e a inovação da produção.

Como afirma Silvia Reyes, Directora de Informação Comercial da PROEXPORT (Agência Colombiana para a Promoção das Exportações), a região não só é rica em recursos não renováveis - carvão, petróleo e gás natural - como tem elevado potencial para produzir energias renováveis a partir de fontes hídricas e de biomassas, que constituem o futuro da humanidade. Estão, portanto, reunidas as condições para que este seja o século de ouro da América Latina. Silvia Reyes acrescenta que a região deve centrar os seus esforços no abastecimento de fontes alternativas de energia às economias desenvolvidas.

Por outro lado, convém estruturar a região como zona de produção agro-industrial com vocação para criar cadeias de produção, dada a ampla oferta agrícola e o preço da mão-de-obra, que é competitivo a nível mundial.

Para Mauricio Ramírez, Presidente da ACOPI (Associação Colombiana da Pequena e Média Indústria), "o desenvolvimento regional é, em larga medida, determinado pelo crescimento e o desenvolvimento do empreendedorismo individual, pois o sector das micro, pequenas e

médias empresas vai provavelmente crescer a um ritmo superior ao das grandes multinacionais".

Esta é uma das razões por que os processos de integração sub-regionais devem tentar que nas suas zonas de fronteira, onde existe forte actividade comercial, comecem a desenvolver-se economias de escala através de alianças produtivas e políticas de associativismo baseadas na solidariedade, com o objectivo de elaborar produtos com valor acrescentado. Desta forma, será possível começar a competir verdadeiramente em mercados como a União Europeia, onde se exige produtos de elevada qualidade a preços competitivos.

No caso dos produtores latino-americanos, as barreiras comerciais impostas pela União Europeia aos nossos produtos prejudicam mais gravemente os camponeses. Esse facto levou a Comissão II da EUROLAT a apresentar ao plenário desta instância parlamentar, em 1 de Maio de 2008, uma resolução que incentivava a prosseguir esforços para alcançar os objectivos da Ronda de Doha. Citando o seu n.º 10: "Exorta a União Europeia e os Estados Unidos da América a reduzirem substancialmente os subsídios agrícolas, em particular os subsídios à exportação, devido às distorções ao comércio internacional que produzem e ao facto de afectarem os interesses dos países em desenvolvimento"¹.

Garantir um *fair trade*, ou comércio justo, com a UE e incentivar alternativas comerciais que permitam que todos ganhem com essas operações é fundamental para reforçar o desenvolvimento da América Latina como região.

O fluxo de matérias-primas para a Europa significa, ao mesmo tempo, que a América Latina se tornou um importante reservatório de produtos primários. A situação pode, contudo, vir a ser nociva para a sustentabilidade ambiental da região, caso os nossos recursos naturais sejam sobreexplorados. Consequentemente, importa também que a região adopte uma política comum de protecção da floresta, recursos hídricos e mineiros e que a UE a respeite, de forma a zelar pela defesa do ambiente da América Latina.

Convém estabelecer alianças entre o Estado e o privado que permitam recuperar aqueles recursos. Cabe à União Europeia, enquanto compradora de produtos primários na América Latina, continuar a garantir um espaço político conducente a compromissos concretos em prol da conservação e do respeito dos nossos recursos.

Neste domínio os diálogos políticos bi-regionais devem esforçar-se por incentivar um comércio justo que favoreça o desenvolvimento do aparelho de produção da América Latina e, ao mesmo tempo, ajude a melhorar a produtividade da União Europeia.

Por fim, importa não esquecer que a América Latina continuará a crescer mesmo que a incerteza quanto ao futuro, seu e da Europa, seja grande; assim, embora a região seja rica em petróleo, gás, energia hidroeléctrica, metais, concentração de água e terras para produzir alimentos, convém traçar um plano de acção que vise transformar todos esses recursos naturais em produtos manufacturados ou com valor acrescentado.

¹ Assembleia Parlamentar Euro-Latino-Americana. Resolução: Desafios e oportunidades da Ronda de Negociações de Doha http://www.europarl.europa.eu/intcoop/eurolat/assembly/plenary_sessions/lima_2008_htm/adopted_docs/resolution_trade_committee_pt.pdf Retirado da Internet em 10 de Outubro de 2011.